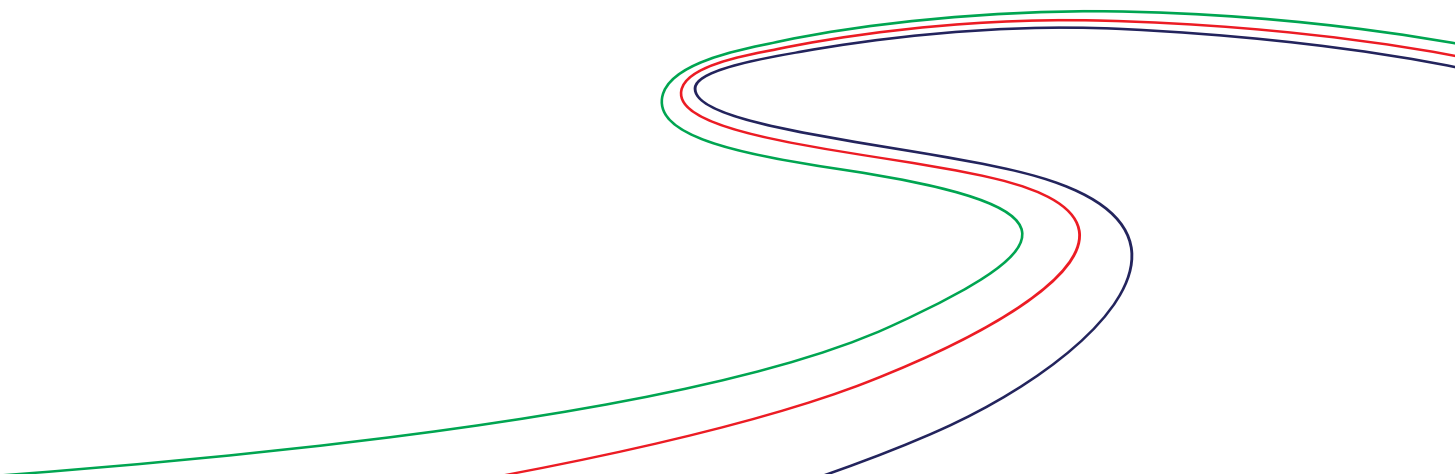
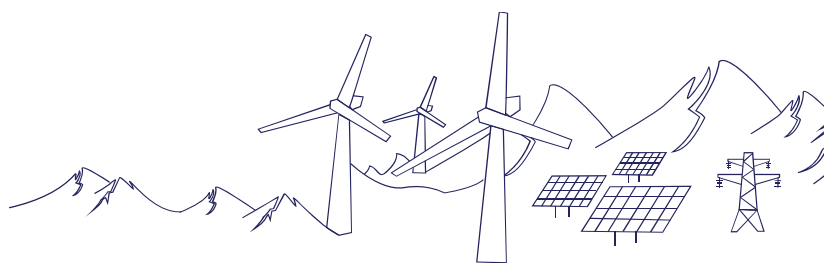




# Demonstrações Contábeis Regulatórias

**UHE São Simão Energia S.A.**

31 de dezembro de 2023 e 2022  
com Relatório do Auditor Independente



# UHE São Simão Energia S.A.

## Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis .....	1
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial .....	5
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração do resultado abrangente .....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstração do fluxo de caixa .....	9
Demonstração do valor adicionado .....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	11



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Diretores e Acionistas  
UHE São Simão Energia S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da UHE São Simão Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através do Despacho nº 2.904/2021, de 17 de setembro de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UHE São Simão Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da do Despacho nº 2.904/2021, de 17 de setembro de 2021.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

---

#### **Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Chamamos a atenção para a Nota 2.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a UHE São Simão Energia S.A. a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

### **Outros assuntos**

---

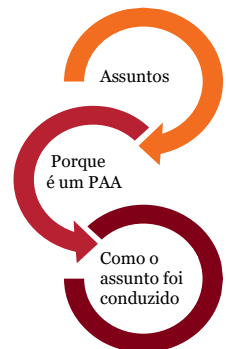
UHE São Simão Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as

UHE São Simão Energia S.A.

normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), sobre o qual emitimos nosso correspondente relatório de auditoria independente, com data de 14 de março de 2024, sem ressalvas.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



### Porque é um PAA

#### Ativo intangível e imobilizado vinculado a concessão (Notas 30.1.2)

Parte do montante pago pela outorga (direito de concessão) possui direito incondicional da Companhia de receber caixa pela venda de energia no ambiente de contratação regulado. Nas demonstrações contábeis societárias, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), essa parcela foi classificada como ativo financeiro. A outra parcela, que representa o valor pago da Bonificação de Outorga para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no ambiente de contratação livre (ACL), é classificada como ativo intangível. Nas demonstrações contábeis regulatórias os efeitos da aplicação da ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão não são reconhecidos pela ANEEL e, conseqüentemente, não integram à Contabilidade Regulatória. Dessa forma, os bens vinculados à concessão são classificados como imobilizado e o pagamento da Bonificação pela Outorga como intangível. Em 31 de dezembro de 2023, o saldos do ativo imobilizado e intangível totalizaram R\$ 533.080 mil e R\$ 5.858.729 mil respectivamente.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos, do modelo de negócio e da política estabelecida para as contabilizações e as mensurações subsequentes.

Testamos os valores envolvidos no pagamento da concessão, bem como a mensuração subsequente dos valores, conforme conforme determina o Despacho nº 2.904/2021, de 17 de setembro de 2021.

Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela diretoria são razoáveis e as divulgações são consistentes com as informações obtidas.



UHE São Simão Energia S.A.

---

### **Porque é um PAA**

### **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

---

Consideramos o ativo imobilizado e intangível vinculados a concessão como um dos principais assuntos de auditoria devido a magnitude dos valores envolvidos e da complexidade dos ajustes realizados para fins de demonstrações contábeis regulatórias.

Em decorrência do descrito acima, bem como pela relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.

---

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

---

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente



UHE São Simão Energia S.A.

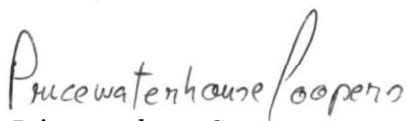
para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2024

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia  
Contador CRC 1BA029904/O-5

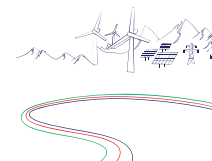
## UHE São Simão Energia S.A.

Balanço patrimonial regulatório  
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	216.614	633.963
Concessionárias e Permissionárias	5	41.486	41.466
Serviços em Curso	6	3.299	12.738
Tributos Compensáveis	7	89.562	21.365
Almoxarifado Operacional	8	11.113	11.152
Despesas Pagas Antecipadamente	9	9.188	6.847
Instrumentos Financeiros Derivativos	14	-	817.056
Outros Ativos Circulantes	10	3.469	915
		<u>374.731</u>	<u>1.545.502</u>
<b>Ativo Não circulante</b>			
Tributos Compensáveis		126.657	-
Tributos Diferidos	19	125.887	352.204
Outros Ativos Não Circulantes	10	75	-
Imobilizado	11	533.080	322.370
Intangível	12	5.858.729	6.095.735
		<u>6.644.428</u>	<u>6.770.309</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u>7.019.159</u></b>	<b><u>8.315.811</u></b>
<b>PASSIVO</b>		<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Passivo Circulante</b>			
Fornecedores	13	66.429	49.653
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	14	334.160	2.647.370
Obrigações Sociais e Trabalhistas	15	27.540	26.071
Impostos a Recolher	16	19.503	137.142
Dividendos a pagar	20	248.671	144.189
Encargos Setoriais	17	22.368	31.220
Instrumentos Financeiros Derivativos	14	2.265	11.342
Outros Passivos Circulantes	10	13	1
		<u>720.949</u>	<u>3.046.988</u>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores		7.337	2.277
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	14	3.219.514	2.255.757
Provisão para Litígios	18	849	252
Instrumentos Financeiros Derivativos	14	4	-
Outros Passivos Não Circulantes	10	29	29
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		3.256	-
		<u>3.230.989</u>	<u>2.258.315</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b><u>3.951.938</u></b>	<b><u>5.305.303</u></b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital Social	20	2.912.000	2.912.000
Outros Resultados Abrangentes		-	50.958
Reservas de Lucros		2.042.219	1.413.855
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária		(1.886.998)	(1.366.305)
<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b><u>3.067.221</u></b>	<b><u>3.010.508</u></b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b><u>7.019.159</u></b>	<b><u>8.315.811</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

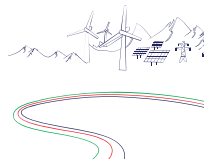


## UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração do resultado regulatório  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	2023	2022
<b>Operações em Continuidade</b>			
<b>Receita</b>			
Fornecimento de energia elétrica		-	4.359
Suprimento de energia elétrica		1.787.522	1.680.565
Energia Elétrica de Curto Prazo		11.663	15.533
<b>Tributos</b>			
PIS		(29.686)	(28.057)
COFINS		(136.738)	(129.234)
<b>Encargos</b>			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(15.652)	(14.757)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(47.298)	(47.750)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(5.281)	(4.989)
<b>Receita líquida</b>	22	<b>1.564.530</b>	<b>1.475.670</b>
<b>Custos não gerenciáveis</b>	23		
Energia elétrica comprada para revenda		(11.271)	(6.210)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(250.547)	(234.345)
Recuperação de custos - Extensão da Outorga		-	2.309
		<u>(261.818)</u>	<u>(238.246)</u>
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>1.302.712</b>	<b>1.237.424</b>
<b>Custos gerenciáveis</b>			
Pessoal e administradores	24	(86.038)	(76.649)
Material		(3.449)	(3.884)
Serviços de terceiros	25	(55.376)	(53.385)
Arrendamento e aluguéis		(5.471)	(4.853)
Seguros		(5.439)	(5.089)
Provisões		(693)	(163)
Ganhos (Perdas) na alienação de bens e direitos		-	(3)
Tributos		(613)	(660)
Depreciação e amortização		(247.139)	(244.178)
Gastos diversos		(10.121)	(6.536)
Outras Receitas Operacionais		3.962	591
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>892.335</b>	<b>842.615</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	26	<b>(286.397)</b>	<b>(396.728)</b>
Receitas financeiras		902.965	944.955
Despesas financeiras		(1.189.362)	(1.341.683)
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>605.938</b>	<b>445.887</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	27	(79.596)	(101.740)
<b>Resultado Líquido das Operações em Continuidade</b>		<b>526.342</b>	<b>344.147</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>526.342</b>	<b>344.147</b>
<b>Lucro Por Ação</b>	21		
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,1807	0,1182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



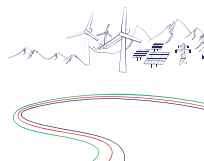


## UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente regulatório  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>526.342</u>	<u>344.147</u>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Itens que poderão ser reclassificados</b>		
<b>subsequentemente para o resultado</b>		
<i>Hedges</i> de fluxo de caixa	-	(98.211)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>26.250</u>	<u>33.392</u>
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<u><b>552.592</b></u>	<u><b>279.328</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

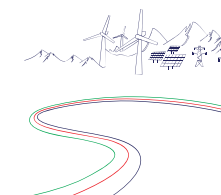


## UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido regulatório  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<b>Capital social</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>Reserva de lucros</b>	<b>(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária</b>	<b>Lucro (Prejuízo) acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.912.000</b>	<b>115.777</b>	<b>1.120.972</b>	<b>(1.101.559)</b>	<b>-</b>	<b>3.047.190</b>
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	(1.780)	-	(1.780)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	344.147	344.147
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa	-	(98.211)	-	-	-	(98.211)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	33.392	-	-	-	33.392
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	30.356	-	(30.356)	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(144.189)	(144.189)
Destinação de dividendos adicionais 2021	-	-	(170.041)	-	-	(170.041)
Destinação para reserva de lucros	-	-	432.568	-	(432.568)	-
Diferenças regulatórias no exercício	-	-	-	(262.966)	262.966	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.912.000</b>	<b>50.958</b>	<b>1.413.855</b>	<b>(1.366.305)</b>	<b>-</b>	<b>3.010.508</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	526.342	526.342
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa	-	(77.208)	-	-	-	(77.208)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	26.250	-	-	-	26.250
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	52.351	-	(52.351)	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(248.671)	(248.671)
Destinação de dividendos adicionais conforme AGE de 01 de dezembro de 2023	-	-	(170.000)	-	-	(170.000)
Destinação para reserva de lucros	-	-	746.013	-	(746.013)	-
Diferenças regulatórias no exercício	-	-	-	(520.693)	520.693	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.912.000</b>	<b>-</b>	<b>2.042.219</b>	<b>(1.886.998)</b>	<b>-</b>	<b>3.067.221</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



## UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa regulatório  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	2023	2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		605.938	445.887
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>			
Tributos diferidos	19	-	(2.309)
Depreciações e amortizações	11 e 12	247.139	244.178
Depreciações de arrendamento	11	3.844	3.303
Ganhos ou perdas na alienação de bens e direitos	11	-	3
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14	436.405	464.508
Arrendamentos e aluguéis - AVP		1.754	1.955
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		804	235
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		5.458	4.962
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(73.173)	(1.358)
		<u>1.228.169</u>	<u>1.161.364</u>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>			
Consumidores e concessionárias		(20)	(6.245)
Impostos e contribuições sociais compensáveis		123.479	19.913
Serviços em curso		(2.225)	(6.075)
Estoques		(649)	(1.079)
Despesas antecipadas		(2.341)	(125)
Outros ativos operacionais		(2.629)	(260)
		<u>115.615</u>	<u>6.129</u>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>			
Fornecedores		21.835	3.773
Impostos a Recolher		(59.470)	(19.129)
Obrigações estimadas com pessoal		1.469	3.049
Encargos regulamentares e setoriais		610	3.625
Provisões		(208)	(35)
Outros passivos operacionais		14	(282)
		<u>(35.750)</u>	<u>(8.999)</u>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(130.358)	(101.892)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>1.177.676</b>	<b>1.056.602</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(223.999)	(141.856)
<b>Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento</b>		<b>(223.999)</b>	<b>(141.856)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(314.189)	(340.082)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		1.170.456	-
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	14	(1.854.970)	(200.000)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	14	(366.983)	(349.095)
Pagamentos de arrendamentos e aluguéis		(5.340)	(5.067)
<b>Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento</b>		<b>(1.371.026)</b>	<b>(894.244)</b>
<b>(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(417.349)</b>	<b>20.502</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		216.614	633.963
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		633.963	613.461
		<u>(417.349)</u>	<u>20.502</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

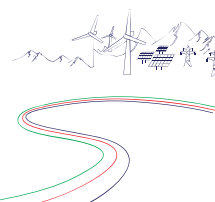


## UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Geração do valor adicionado</b>	<b>1.803.729</b>	<b>1.701.191</b>
Receita Operacional	1.799.185	1.700.459
Outras Receitas	4.544	732
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(366.876)</b>	<b>(340.283)</b>
Custos da energia comprada	(11.010)	(6.842)
Encargos de uso da rede elétrica	(276.047)	(258.009)
Materiais	(3.487)	(3.950)
Serviços de terceiros	(55.697)	(55.559)
Outros custos operacionais	(20.635)	(15.923)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>1.436.853</b>	<b>1.360.908</b>
<b>Retenções</b>	<b>(247.139)</b>	<b>(245.233)</b>
Depreciações e amortizações	(247.139)	(245.233)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>1.189.714</b>	<b>1.115.675</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>909.971</b>	<b>948.447</b>
Receitas financeiras	909.971	948.447
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>2.099.685</b>	<b>2.064.122</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>2.099.685</b>	<b>2.064.122</b>
Pessoal	73.363	65.623
Remuneração direta	57.613	51.869
Benefícios	11.592	10.449
FGTS	4.158	3.305
Impostos, taxas e contribuições	305.751	307.802
Federais	304.616	307.179
Estaduais	569	99
Municipais	566	524
Remuneração de capitais de terceiros	1.194.229	1.346.550
Juros	1.188.747	1.341.681
Alugueis	5.482	4.869
Remuneração de capitais próprio	526.342	344.147
Dividendos	248.671	144.189
Lucro (-) prejuízo a distribuir	277.671	199.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



## 1. Contexto operacional

A UHE São Simão Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2017, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo. A controladora direta da Companhia é a SPIC Brasil Energia Participações S.A e em última instância pela State Power Investment Corporation China.

A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada no rio Paranaíba, na divisa dos Estados de Goiás e Minas Gerais, municípios Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais e São Simão, no Estado de Goiás.

### *Contrato de concessão*

Em 27 de setembro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou o Leilão de Concessões (Leilão de Geração nº 01/2017-ANEEL), no qual a Companhia foi ganhadora da concessão da Usina Hidrelétrica São Simão. A Receita Anual de Geração (RAG) a que a Concessionária tem direito pela disponibilização da parcela da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica é alocada em regime de COTAS, sendo a RAG o percentual da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica, alocada a determinada distribuidora. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 001/2017 para prestação do serviço de geração de energia elétrica em 10 de novembro de 2017, que permite a exploração da Usina pelo período de 30 anos, contados a partir de 10 de maio de 2018, quando foi finalizado o período de Operação Assistida.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia assinou o termo de aceitação da extensão da outorga por mais 124 dias, o que alterou a concessão que se encerraria em 10 de maio de 2048 para 11 de setembro de 2048.

A capacidade instalada da UHE São Simão é de 1.710 MW, sendo a Garantia Física assegurada de 1.202 MWm. Da energia assegurada, a Companhia possui comercializada nos seguintes ambientes: a) 841,4 MWm em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às concessionárias do serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN; b) 360,6 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazos, negociados com terceiros.

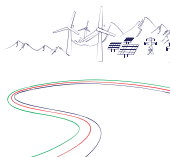
## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

Em 27 de março de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### 2.1 Declarações de conformidade

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, versão 2022 aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL aprovada por meio do Despacho nº 2.904/2021, de 17 de setembro de 2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas



pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa 30 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis societárias e regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis Regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

## 2.2 Moedas funcional

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

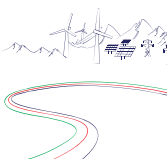
As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto:

- Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio.

- Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em “outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado quando da realização desses itens monetários.

Para fins de apresentação destas demonstrações contábeis regulatórias, os ativos e passivos das operações são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício.

Quando há baixa de uma operação no exterior, todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado do exercício.



## 2.3 Bases de preparação e apresentação

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

## 2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Anualmente, a Companhia revisa as estimativas e premissas para publicação das Demonstrações Contábeis.

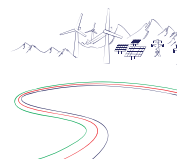
As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota explicativa 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota explicativa 19); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas explicativas 11 e 12); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota explicativa 28).

## 2.5 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

No quarto trimestre de 2023, a Companhia reafirmou sua nota máxima de rating (BrAAA) pela S&P, confirmando a saúde financeira para com o mercado de capitais.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material



que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

O CCL negativo refere-se ao não reconhecimento do Ativo Financeiro pelo IFRC12, CPC 01 no Regulatório, Mas o recebimento do retorno da Receita de Bonificação da Outorga-RBO em 2024 no montante de R\$ 828 liquidará suas obrigações do Passivo circulante.

### 3. Políticas contábeis

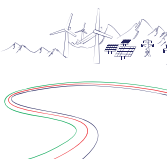
As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis regulatórias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

#### 3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas na conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia classifica os juros pagos nas operações de empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos como atividades de financiamento em sua Demonstração de Fluxo de Caixa, pois estão totalmente atrelados a estas atividades de obtenção de recursos financeiros, ou seja, as operações de financiamentos contratadas como estratégia de composição da estrutura de capital da empresa, sendo esta uma estratégia financeira e não operacional.





## 3.2 Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da ANEEL. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da ANEEL.

## 3.3 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, registrado em 31 de dezembro de 2023. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

## 3.4 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

## 3.5 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

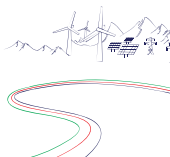
## 3.6 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no



preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

### 3.7 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio são definidos para os acionistas da Companhia, com base no seu Estatuto Social e é reconhecido como um passivo em suas demonstrações contábeis ao final do exercício. Os dividendos e reserva legal são calculados tomando-se como base o resultado societário.

### 3.8 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, independente de quando o pagamento for recebido. A receita de energia é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia e contrato de concessão. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

### 3.9 Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de energia elétrica, bem como as demais receitas operacionais da Companhia, referentes ao contrato de concessão, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 1,65% (regime não cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo);

Esses tributos são deduzidos das receitas operacionais da Companhia, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis.

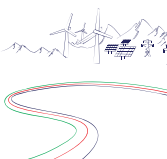
#### Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

#### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias



temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados nas alíquotas de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### 3.10 Instrumentos financeiros

#### Classificação e mensuração

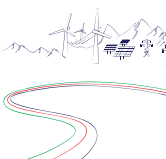
O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

#### Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em



uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perdas esperadas no período, pois de acordo com sua avaliação além do risco associado ser baixo, não há históricos de perda.

O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

### Contabilização de hedge

A Companhia designa certos instrumentos de hedge, incluindo derivativos, relacionados a risco com moeda estrangeira, como hedge de fluxo de caixa.

No início da operação de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações. Adicionalmente, a Companhia avalia se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge.

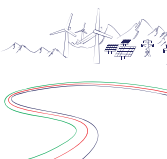
A nota explicativa 14 traz maiores detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de hedge.

### Hedges de fluxo de caixa

A parcela efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Reserva de hedge de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica “Outros ganhos e perdas” no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de hedge é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas



em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixas e Bancos	100.207	185
Aplicações financeiras de curto prazo	116.407	633.778
	<u><b>216.614</b></u>	<u><b>633.963</b></u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos estão remunerados à taxa de aproximadamente 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são vinculados a modalidade de aplicação CDB.

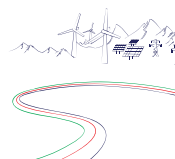
#### 5. Concessionárias

	<u>Valores Correntes</u>		
	<u>Corrente a Vencer</u>		
	<u>Até 60 dias</u>	<u>Saldo líquido em</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Saldo líquido em</u> <u>31/12/2022</u>
<b>Circulante</b>			
Suprimento de energia elétrica	41.486	41.486	38.950
Energia de curto prazo	-	-	2.516
Total Circulante	<u><b>41.486</b></u>	<u><b>41.486</b></u>	<u><b>41.466</b></u>

Contas a receber decorrente do suprimento de energia elétrica no ambiente livre (ACL).

#### 6. Serviços em curso

O montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 3.299 (R\$ 12.738 em 2022), refere-se aos valores realizados nos projetos em andamento de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D de acordo com a legislação vigente, atualmente regulamentada pela Resolução Normativa nº 504, de 14 de agosto de 2012.

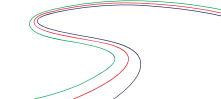
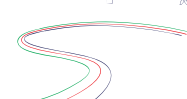


Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 7. Tributos compensáveis

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Recebimento	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Ativo - Impostos a recuperar									
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	58.900	-	(58.631)	(269)	-
PIS e COFINS	-	39.681	-	-	(168)	-	(39.513)	-	-
IRRF sobre aplicação financeira	3.871	18.383	-	-	-	-	(22.087)	-	167
Imposto de renda e contribuição social a compensar (i)	838	245.282	-	71.880	(1.185)	(76.626)	(92.965)	52.749	199.973
Outros (ii)	16.656	92.167	(529)	1.411	-	-	(93.437)	(189)	16.079
<b>Total</b>	<b>21.365</b>	<b>395.513</b>	<b>(529)</b>	<b>73.291</b>	<b>57.547</b>	<b>(76.626)</b>	<b>(306.633)</b>	<b>52.291</b>	<b>216.219</b>
Circulante	21.365								89.562
Não Circulante	-								126.657
<b>Total</b>	<b>21.365</b>								<b>216.219</b>

- (i) Referem-se a imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) a recuperar referente aos anos de 2018 a 2021 decorrente do crédito da amortização sobre o valor pago pela Bonificação de Outorga no início da concessão. A Companhia recebeu em 14/02/2023 da RFB-Coordenação Geral de Tributação a resposta a Solução de Consulta/Processo 10166.792497/2021-81 que tratava da Utilização da Amortização do Ativo Financeiro para fins fiscais. A resposta foi positiva permitindo que a Companhia deduza a amortização da bonificação da outorga, para fins de apuração das bases do IRPJ e CSLL.
- (ii) Referem-se a imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) recolhidos a maior em 2018 que aguardam homologação das Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) pela RFB para futura compensação.



## 8. Almozarifado operacional

### Almozarifado operacional

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Almozarifado de Manutenção e Operação	11.113	10.467
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	685
	<u>11.113</u>	<u>11.152</u>

## 9. Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prêmios de seguros	5.523	4.529
Outros	3.665	2.318
	<u>9.188</u>	<u>6.847</u>

## 10. Outros Ativos e Passivos

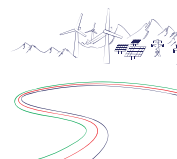
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Outros Ativos		
Adiantamentos a fornecedores	2.464	320
Adiantamentos a funcionários	1.005	595
Partes relacionadas	75	-
	<u>3.544</u>	<u>915</u>
Outros Passivos		
Adiantamentos a clientes	-	1
Partes relacionadas	29	29
Reembolso funcionários	13	-
	<u>42</u>	<u>30</u>

## 11. Ativo imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado, quando aplicável, os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

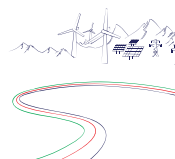
O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para



desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015. No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria desta.





# UHE São Simão Energia S.A.

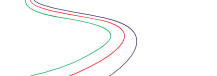
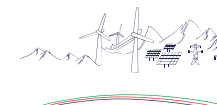
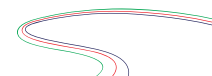
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 11.1 A composição do ativo imobilizado é como segue:

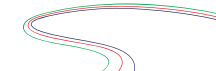
Imobilizado	Taxas anuais médias %	31/12/2023			Taxas anuais médias %	31/12/2022		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço - tangível								
Geração								
Reservatórios, barragens e adutoras	5,12%	446.063	(430.330)	15.733	5,32%	431.720	(429.813)	1.907
Edificações, obras civis e benfeitorias	5,34%	40.357	(32.222)	8.135	6,67%	39.219	(31.923)	7.296
Máquinas e equipamentos	8,12%	638.088	(548.994)	89.094	8,13%	622.473	(546.639)	75.834
Veículos	14,29%	1.649	(656)	993	14,29%	1.428	(440)	988
Móveis e utensílios	6,33%	2.762	(258)	2.504	6,34%	1.359	(171)	1.188
		<u>1.128.919</u>	<u>(1.012.460)</u>	<u>116.459</u>		<u>1.096.199</u>	<u>(1.008.986)</u>	<u>87.213</u>
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,42%	33.711	(15.530)	18.181	3,55%	33.260	(11.573)	21.687
Máquinas e equipamentos	13,29%	4.588	(2.377)	2.211	13,05%	3.704	(1.807)	1.897
Móveis e utensílios	6,25%	451	(90)	361	6,25%	379	(66)	313
		<u>38.750</u>	<u>(17.997)</u>	<u>20.753</u>		<u>37.343</u>	<u>(13.446)</u>	<u>23.897</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>1.167.669</u>	<u>(1.030.457)</u>	<u>137.212</u>		<u>1.133.542</u>	<u>(1.022.432)</u>	<u>111.110</u>
Imobilizado em curso								
Geração		395.332	-	395.332		210.366	-	210.366
Administração		536	-	536		894	-	894
Total do imobilizado em curso		<u>395.868</u>	<u>-</u>	<u>395.868</u>		<u>211.260</u>	<u>-</u>	<u>211.260</u>
Total do ativo imobilizado		<u>1.563.537</u>	<u>(1.030.457)</u>	<u>533.080</u>		<u>1.344.802</u>	<u>(1.022.432)</u>	<u>322.370</u>



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 11.2 A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Obrigações Especiais Líquidas
<b>Ativo Imobilizado em Serviço</b>											
<b>Geração</b>											
Reservatórios, barragens e adutoras	431.720	-	-	14.343	446.063	14.343	(430.330)	15.733	1.907	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	39.219	-	-	1.138	40.357	1.138	(32.222)	8.135	7.296	-	-
Máquinas e equipamentos	622.473	1.324	(1.425)	15.716	638.088	15.615	(548.994)	89.094	75.834	-	-
Veículos	1.428	221	-	-	1.649	221	(656)	993	988	-	-
Móveis e utensílios	1.359	118	-	1.285	2.762	1.403	(258)	2.504	1.188	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.256)	(3.256)
	<u>1.096.199</u>	<u>1.663</u>	<u>(1.425)</u>	<u>32.482</u>	<u>1.128.919</u>	<u>32.720</u>	<u>(1.012.460)</u>	<u>116.459</u>	<u>87.213</u>	<u>(3.256)</u>	<u>(3.256)</u>
<b>Administração</b>											
Edificações, obras civis e benfeitorias	33.260	-	-	451	33.711	451	(15.530)	18.181	21.687	-	-
Máquinas e equipamentos	3.704	891	-	(7)	4.588	884	(2.377)	2.211	1.897	-	-
Móveis e utensílios	379	17	-	55	451	72	(90)	361	313	-	-
	<u>37.343</u>	<u>908</u>	<u>10</u>	<u>499</u>	<u>38.750</u>	<u>1.407</u>	<u>(17.997)</u>	<u>20.753</u>	<u>23.897</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Subtotal</b>	<u>1.133.542</u>	<u>2.571</u>	<u>(1.415)</u>	<u>32.981</u>	<u>1.167.669</u>	<u>34.127</u>	<u>(1.030.457)</u>	<u>137.212</u>	<u>111.110</u>	<u>(3.256)</u>	<u>(3.256)</u>
<b>Ativo Imobilizado em Curso</b>											
<b>Geração</b>											
Máquinas e equipamentos	210.366	186.999	-	(21.383)	375.982	165.616	-	375.982	179.559	-	-
Outros	-	30.440	-	(11.090)	19.350	19.350	-	19.350	30.807	-	-
	<u>210.366</u>	<u>217.439</u>	<u>-</u>	<u>(32.473)</u>	<u>395.332</u>	<u>184.966</u>	<u>-</u>	<u>395.332</u>	<u>210.366</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Administração</b>											
Máquinas e equipamentos	894	149	-	(507)	536	(358)	-	536	894	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>894</u>	<u>149</u>	<u>-</u>	<u>(507)</u>	<u>536</u>	<u>(358)</u>	<u>-</u>	<u>536</u>	<u>894</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Subtotal</b>	<u>211.260</u>	<u>217.588</u>	<u>-</u>	<u>(32.980)</u>	<u>395.868</u>	<u>184.608</u>	<u>-</u>	<u>395.868</u>	<u>211.260</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<u>1.344.802</u>	<u>220.159</u>	<u>(1.415)</u>	<u>1</u>	<u>1.563.537</u>	<u>218.735</u>	<u>(1.030.457)</u>	<u>533.080</u>	<u>322.370</u>	<u>(3.256)</u>	<u>(3.256)</u>



## 11.3 Adições - Ativo Imobilizado em Curso

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, está apresentada como segue:

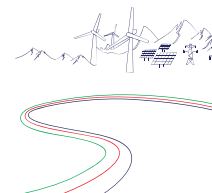
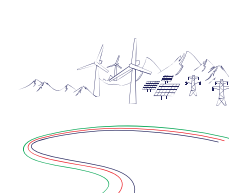
	<b>Material / Equipamentos</b>	<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Mão de Obra Própria</b>	<b>Outros Gastos</b>	<b>Total</b>
Reservatórios, barragens e adutoras	3.803	24.625	-	-	28.428
Edificações, obras civis e benfeitorias	61	2.092	-	-	2.153
Máquinas e equipamentos	77.464	77.959	16.083	1.787	173.293
Móveis e utensílios	9	-	-	-	9
Material de Depósito	275	-	-	-	275
Adiantamentos a fornecedores	-	13.430	-	-	13.430
<b>Total das Adições</b>	<b>81.612</b>	<b>118.106</b>	<b>16.083</b>	<b>1.787</b>	<b>217.588</b>

## 12. Intangível

Os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o intangível no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da amortização acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do intangível os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no intangível. As taxas de amortização utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015, com exceção do intangível referente a Bonificação de outorga que é amortizado pelo prazo da concessão.

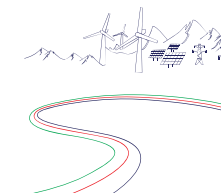


# UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12.1 A composição do ativo intangível é como segue:

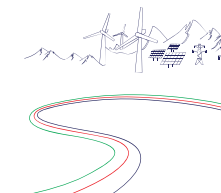
Intangível	Taxas anuais médias %	31/12/2023			Taxas anuais médias %	31/12/2022		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00%	5.099	(1.651)	3.448	20,00%	1.843	(1.506)	337
Direito de concessão - Outros	3,45%	7.204.963	(1.354.314)	5.850.649	3,45%	7.204.963	(1.113.892)	6.091.071
		<u>7.210.062</u>	<u>(1.355.965)</u>	<u>5.854.097</u>		<u>7.206.806</u>	<u>(1.115.398)</u>	<u>6.091.408</u>
Administração								
Software	20,00%	4.890	(3.379)	1.511	20,00%	4.890	(2.416)	2.474
		<u>4.890</u>	<u>(3.379)</u>	<u>1.511</u>		<u>4.890</u>	<u>(2.416)</u>	<u>2.474</u>
<b>Total do intangível em serviço</b>		<b><u>7.214.952</u></b>	<b><u>(1.359.344)</u></b>	<b><u>5.855.608</u></b>		<b><u>7.211.696</u></b>	<b><u>(1.117.814)</u></b>	<b><u>6.093.882</u></b>
Intangível em curso								
Geração		1.733	-	1.733		1.684	-	1.684
Administração		1.388	-	1.388		169	-	169
<b>Total do intangível em curso</b>		<b><u>3.121</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>3.121</u></b>		<b><u>1.853</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>1.853</u></b>
<b>Total do imobilizado intangível</b>		<b><u>7.218.073</u></b>	<b><u>(1.359.344)</u></b>	<b><u>5.858.729</u></b>		<b><u>7.213.549</u></b>	<b><u>(1.117.814)</u></b>	<b><u>6.095.735</u></b>



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12.2 A movimentação do ativo intangível é como segue:

<b>Intangível</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2022</b>	<b>Adições (A)</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2023</b>	<b>Adições Líquidas (A)+(B)+(C)</b>	<b>Amortização Acumulada</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2023</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2022</b>
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>							
<b>Geração</b>							
Softwares	1.843	3.256	5.099	3.256	(1.651)	3.448	337
Outros	7.204.963	-	7.204.963	-	(1.354.314)	5.850.649	6.091.071
	<u>7.206.806</u>	<u>3.256</u>	<u>7.210.062</u>	<u>3.256</u>	<u>(1.355.965)</u>	<u>5.854.097</u>	<u>6.091.408</u>
<b>Administração</b>							
Softwares	4.890	-	4.890	-	(3.379)	1.511	2.474
	<u>4.890</u>	<u>-</u>	<u>4.890</u>	<u>-</u>	<u>(3.379)</u>	<u>1.511</u>	<u>2.474</u>
<b>Subtotal</b>	<u>7.211.696</u>	<u>3.256</u>	<u>7.214.952</u>	<u>3.256</u>	<u>(1.359.344)</u>	<u>5.855.608</u>	<u>6.093.882</u>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>							
<b>Geração</b>							
Softwares	1.684	49	1.733	49	-	1.733	1.684
	<u>1.684</u>	<u>49</u>	<u>1.733</u>	<u>49</u>	<u>-</u>	<u>1.733</u>	<u>1.684</u>
<b>Administração</b>							
Softwares	169	1.219	1.388	1.219	-	1.388	169
	<u>169</u>	<u>1.219</u>	<u>1.388</u>	<u>1.219</u>	<u>-</u>	<u>1.388</u>	<u>169</u>
<b>Subtotal</b>	<u>1.853</u>	<u>1.268</u>	<u>3.121</u>	<u>1.268</u>	<u>-</u>	<u>3.121</u>	<u>1.853</u>
<b>Total</b>	<u>7.213.549</u>	<u>4.524</u>	<u>7.218.073</u>	<u>4.524</u>	<u>(1.359.344)</u>	<u>5.858.729</u>	<u>6.095.735</u>



**12.3 Adições - Ativo Intangível em Curso**

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, está apresentada como segue:

	<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Total</b>
Softwares	1.268	1.268
Outros	-	-
<b>Total das Adições</b>	<b>1.268</b>	<b>1.268</b>

**13. Fornecedores**

A composição da conta de fornecedores é como segue:

	<b>Circulante</b>		<b>Não circulante</b>	
	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Encargos de uso do sistema de transmissão	23.944	23.799	-	-
Materiais e Serviços	42.485	25.854	-	-
Retenção contratual	-	-	7.337	2.277
	<b>66.429</b>	<b>49.653</b>	<b>7.337</b>	<b>2.277</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

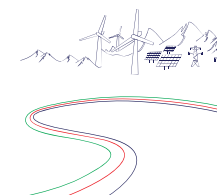
## 14. Empréstimos, financiamentos e derivativos

### 14.1 Composição da dívida

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Data Captação	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final
<b>Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira</b>											
BOCOM	809	26.795	666.354	693.958	16/10/2023	Pré	3,30%	21/03/2023	Trimestral	23/03/2024	17/10/2026
ICBC	221	9.565	198.401	208.187	17/10/2023	Pré	3,30%	23/03/2023	Trimestral	17/10/2026	17/10/2026
Deutsche	255	271.831	-	272.086	19/10/2023	Pré	2,80%	21/03/2023	Trimestral	18/10/2024	18/10/2024
	<b>1.285</b>	<b>308.191</b>	<b>864.755</b>	<b>1.174.231</b>							
<b>Arrendamento Mercantil</b>											
Fundo De Investimento Imobiliário - Fii	-	3.921	13.658	17.579	01/12/2018	Pré	9,35%	N/A	N/A	05/01/2023	05/12/2027
	<b>-</b>	<b>3.921</b>	<b>13.658</b>	<b>17.579</b>							
<b>Debêntures</b>											
Pentagono Trustee - 1ª Emissão Tranche 1	4.146	-	989.213	993.359	13/11/2019	Pré	IPCA + 3,54% a.a.	15/05/2021	Semestral	15/11/2029	15/11/2029
Pentagono Trustee - 1ª Emissão Tranche 2	2.853	-	199.734	202.587	13/11/2019	Pré	CDI + 0,58% a.a.	15/05/2021	Semestral	15/11/2024	15/11/2024
Pentagono Trustee - 2ª Emissão	13.764	-	1.152.154	1.165.918	15/10/2021	Pré	IPCA + 5,8198% a.a.	18/04/2022	Semestral	15/10/2036	15/10/2036
	<b>20.763</b>	<b>-</b>	<b>2.341.101</b>	<b>2.361.864</b>							
<b>Total</b>	<b>22.048</b>	<b>312.112</b>	<b>3.219.514</b>	<b>3.553.674</b>							

### 14.2 Cronograma de vencimentos de principal e juros de longo prazo

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	2025	2026	2027	2028 até 2037	Total
<b>Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira</b>					
BOCOM (ii)	-	666.354	-	-	666.354
ICBC(iii)	-	198.401	-	-	198.401
Deutsche (iv)	-	-	-	-	-
	-	864.755	-	-	864.755
<b>Arrendamento Mercantil</b>					
Fundo De Investimento Imobiliário - Fii	4.288	4.689	4.681	-	13.658
	4.288	4.689	4.681	-	13.658
<b>Debêntures</b>					
Pentagono Trustee - 1ª Emissão Tranche 1	-	249.730	249.730	489.753	989.213
Pentagono Trustee - 1ª Emissão Tranche 2	199.734	-	-	-	199.734
Pentagono Trustee - 2ª Emissão	-	-	-	1.152.154	1.152.154
	199.734	249.730	249.730	1.641.907	2.341.101
<b>Total</b>	<b>204.022</b>	<b>1.119.174</b>	<b>254.411</b>	<b>1.641.907</b>	<b>3.219.514</b>

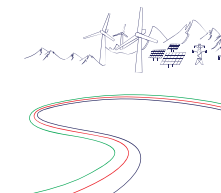


# UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 14.3 Movimentação das dívidas e derivativos

Ativo	Valor líquido em 31/12/2022	Recebimento		Ajuste a valor de mercado	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2023			
<b>Circulante</b>									
Swap	817.056	(657.458)		(77.209)	(82.389)			-	
	<b>817.056</b>	<b>(657.458)</b>		<b>(77.209)</b>	<b>(82.389)</b>			<b>-</b>	
Passivo	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2023
<b>Circulante</b>									
Empréstimos e financiamentos									
Principal	2.594.423	275.462	(2.512.429)	-	-	35.379	-	(84.644)	308.191
Juros	28.289	-	(155.014)	128.010	-	-	-	-	1.285
Swap	11.341	-	(83.123)	73.538	-	(2.141)	-	2.650	2.265
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros	21.073	-	(128.846)	128.536	-	-	-	-	20.763
Custo de transação	-	-	-	-	(6.254)	-	6.254	-	-
	<b>2.655.126</b>	<b>275.462</b>	<b>(2.879.412)</b>	<b>330.084</b>	<b>(6.254)</b>	<b>33.238</b>	<b>6.254</b>	<b>(81.994)</b>	<b>332.504</b>
<b>Não circulante</b>									
Empréstimos e financiamentos									
Principal	-	894.994	-	-	-	(21.856)	-	(8.383)	864.755
Swap	-	-	-	-	-	(8.379)	-	8.383	4
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Principal	2.297.800	-	-	-	-	-	-	96.669	2.394.469
Custo de transação	(59.622)	-	-	-	6.254	-	-	-	(53.368)
	<b>2.238.178</b>	<b>894.994</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.254</b>	<b>(30.235)</b>	<b>-</b>	<b>96.669</b>	<b>3.205.860</b>





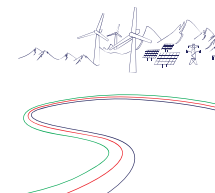
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 14.4 Derivativos

Instituição / Contraparte	Data início	Vencimento	Taxa contratual	Valor contratado	Custo ponta passiva	Fair Value
Bocom BBM	17/10/2023	17/10/2026	CDI + 0,265%	688.450	(1.159)	(1.159)
Deutsche	20/10/2023	20/10/2024	CDI - 1,20%	275.462	(797)	(797)
ICBC	20/10/2023	24/10/2026	CDI + 0,23%	206.572	(313)	(313)
				<u>1.170.484</u>	<u>(2.269)</u>	<u>(2.269)</u>

## 14.5 Dívida líquida

	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	31/12/2023	31/12/2022
<b>Dívida bruta</b>					
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	1.285	308.190	864.755	1.174.230	2.622.712
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-
Debêntures	20.763	-	2.341.101	2.361.864	2.259.251
Arrendamento	-	3.922	13.658	17.580	21.164
Derivativos a Pagar	2.269	-	-	2.269	11.342
	<u>24.317</u>	<u>312.112</u>	<u>3.219.514</u>	<u>3.555.943</u>	<u>4.914.469</u>
<b>(-) Ativos financeiros</b>					
Alta Liquidez	-	(216.614)	-	(216.614)	(633.963)
Derivativos a receber	-	-	-	-	(817.056)
	<u>-</u>	<u>(216.614)</u>	<u>-</u>	<u>(216.614)</u>	<u>(1.451.019)</u>
<b>Dívida líquida</b>	<u><b>24.317</b></u>	<u><b>95.498</b></u>	<u><b>3.219.514</b></u>	<u><b>3.339.329</b></u>	<u><b>3.463.450</b></u>



## 14.6 Condições restritivas (covenants)

### Empréstimos e Financiamentos

A dívida em moeda estrangeira com o Deutsche possui cláusula de covenants financeiros (Dívida Líquida/EBITDA) de até 3,75x e Patrimônio Líquido acima de R\$ 4.000.000.

#### Considera-se:

(a)“Dívida Líquida” com base nas Demonstrações Contábeis anuais societárias, (i) a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos de dívida de mercado de capitais local e internacional e do saldo líquido dos derivativos da Emissora, menos (ii) as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

(b)“EBITDA” (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) com base nas informações financeiras anuais societárias, o lucro antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses acrescidos do resultado não operacional no período;

Para o empréstimo com o Deutsche os covenants financeiros foram cumpridos, o Patrimônio líquido ficou em R\$ 4.954.219 acima do valor requerido e o índice Dívida Líquida/EBITDA em 31 de dezembro de 2023 ficou em 2,30, abaixo do limite estabelecido de ser até 3,75 para o ano de 2023.

### Debêntures

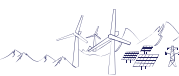
1ª e 2ª emissão debêntures estão sujeitos aos covenants financeiros (Dívida Líquida/EBITDA) de até 3,75x para o ano de 2023

#### Considera-se:

(a)“Dívida Líquida” com base nas Demonstrações Contábeis Regulatórias anuais da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, (i) a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos de dívida de mercado de capitais local e internacional e do saldo líquido dos derivativos da Emissora, menos (ii) as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

(b)“EBITDA” (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses acrescidos do resultado não operacional no período;

Para as debêntures os covenants financeiros foram cumpridos, o índice Dívida Líquida/EBITDA de acordo com as regras regulatórias em 31 de dezembro de 2023 ficou em 2,93, abaixo do limite estabelecido de ser até 3,75 para o ano de 2023.



**15. Obrigações Sociais e Trabalhistas**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão férias	7.647	7.211
Provisão 13º salário	27	24
Provisão PLR	16.125	15.309
Tributos sobre folha de pagamento	3.451	3.206
Benefícios	290	321
	<u><b>27.540</b></u>	<u><b>26.071</b></u>

**16. Impostos a recolher**

A composição dos impostos a recolher nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 se encontra disposta abaixo:

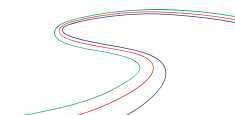
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS a recolher	1.394	572
COFINS a recolher	6.379	2.634
IRPJ corrente a recolher (i)	-	100.417
CSLL corrente a recolher	9.962	30.474
Outros tributos	1.768	3.045
	<u><b>19.503</b></u>	<u><b>137.142</b></u>

- (i) Em 2023 o saldo de IRPJ a recolher foi compensado com créditos de imposto de renda retido sobre o recebimento dos derivativos no valor de R\$ 93.437, conforme liquidação apresentada na nota explicativa 14.3.

**17. Encargos setoriais**

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	<u>Saldo em 31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização Monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Encerramento de projetos</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	20.513	4.383	1.076	-	(14.920)	11.052
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento - CDE	306	1.878	-	(1.864)	-	320
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético	1.021	6.261	-	(6.213)	-	1.069
MME - Ministério de Minas e Energia	255	3.130	-	(2.851)	-	534
TFSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	438	5.281	-	(5.278)	-	441
CFURH - Contribuição Financeira para Utilização dos Recursos Hídricos	8.687	47.298	-	(47.033)	-	8.952
	<u><b>31.220</b></u>	<u><b>68.231</b></u>	<u><b>1.076</b></u>	<u><b>(63.239)</b></u>	<u><b>(14.920)</b></u>	<u><b>22.368</b></u>
Circulante	31.220					22.368
Total	<u><b>31.220</b></u>					<u><b>22.368</b></u>



## 17.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O montante aplicado nos projetos em andamento está registrado na rubrica de Serviços em curso (Nota explicativa 6).

## 18. Provisões para contingências

### 18.1 Risco provável

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhistas	441	197
Cíveis	351	-
Ambientais	57	55
	<u>849</u>	<u>252</u>

### Reclamação Trabalhista – 0010042-07.2023.5.03.0063 e 0010481-67.2023.5.03.0176

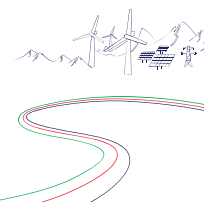
A Companhia está no polo passivo de duas reclamações trabalhistas ajuizada por ex-funcionários.

### Ação de Cobrança (Civil) - 1097055-90.2021.8.26.0100

Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por empresa prestadora de serviços de transporte, o mesmo não pode ser realizado integralmente devido a falhas apresentadas em seus equipamentos, sendo pagos apenas metade do valor proposto inicialmente. O litígio se dá em razão da alegação de divergência no peso da carga a ser transportada. A empresa prestadora de serviços de transporte requer a procedência da ação para condenação da ré ao pagamento do valor integral dos serviços. Em 2022, o presente processo foi reportado na alínea como “possível”. A mudança de provisão de “possível” para “provável” se deu em razão do insucesso do recurso em 2ª instância.

### Ação Civil Pública (Ambiental) - 0009519-51.2012.4.01.3803

Trata-se Ação Civil Pública foi proposta em 2012 pelo Ministério Público Federal (MPF) inicialmente em face da antiga concessionária (CEMIG) e de suposto ocupante irregular, de área afetada pela concessão da Usina. Em resumo, pretende o MPF que a área onde foi construída uma benfeitoria, sem qualquer autorização, seja desocupada e ambientalmente recuperada. O MPF requereu o pagamento de R\$ 30, a título de danos morais coletivos (Pedido 1), e calculou provisoriamente o valor referente à recuperação ambiental em R\$ 30 (Pedido 2), A UHE São Simão Energia S.A. foi incluída no polo passivo em 2020 por ter sucedido a CEMIG nas obrigações atinentes à preservação da área de concessão. O prognóstico de perda do processo judicial quanto ao pedido dos danos morais coletivos (Pedido 1) é possível, tendo em vista que a Companhia não deu causa ao dano. Quanto ao pedido de recuperação ambiental da área (Pedido 2), o prognóstico de perda é provável. Neste momento, o processo encontra-se suspenso, aguardando a definição sobre a área efetivamente ocupada.



## 18.2 Risco possível

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhistas	1.612	-
Cíveis	-	309
Fiscais	219.396	22.792
Ambientais	58	55
	<u>221.066</u>	<u>23.156</u>

### **Reclamação Trabalhista – 0010477-30.2023.5.03.0176 e 0010552-20.2023.5.03.0063**

A Companhia está no polo passivo de duas reclamações trabalhistas ajuizada por ex-funcionários.

### **Ação Anulatória (IPTU) - 5588271-16.2019.8.09.0173**

A Companhia recebeu uma notificação de IPTU referente ao ano de 2012 por parte da autoridade fiscal municipal de São Simão/GO, no valor de R\$5.775. A Companhia ajuizou, em 7 de outubro de 2019, uma ação anulatória de débito fiscal mediante apresentação de carta fiança para garantir o juízo, e com pedido liminar para suspender a execução da dívida tributária, que foi concedida pelo juiz de primeira instância em 11 de outubro de 2019.

Em 21.3.2023, proferido Acórdão que por maioria, decidiu pelo provimento do Recurso de Apelação da Fazenda Municipal. Em 05.04.2023, opostos Embargos de Declaração que foram parcialmente acolhidos em 18.09.2023. Serão interpostos Recursos aos Tribunais Superiores. O valor envolvido (atualizado) é de R\$ 27.775.

**Manifestações de Inconformidade Tributária (PER/DCOMP) - 10880939160-2019-54; 10880939159-2019-20; 10880939157-2019-31; 10880939158-2019-85; 10880946039-2019-08; 10880.947153/2023-11; 10880.937690/2023-44; 10880.947149/2023-44; 10880.947151/2023- 13; e 10880.947155/2023-00.**

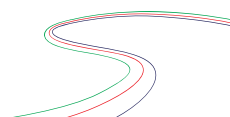
A Companhia recebeu 10 (dez) autos de infração decorrentes de não homologação integral dos Pedidos de Compensação (PER/DCOMPs). Isso ocorreu, pois, as Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs), igualmente, ainda não foram homologadas pela Receita Federal. A companhia apresentou manifestações de inconformidade para sustentar a necessidade de homologação das obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 46.933.



## **Auto de Infração - 19614.724361/2021-98 e 13074-733.985/2023-36**

As autoridades fiscais questionam que o procedimento adotado pela Companhia, que resultou na tributação da totalidade dos montantes faturados e recolhidos no início da concessão, não ocorreu na competência correta. As autoridades fiscais alegaram que a empresa deveria ter tributado o lucro contábilístico sem quaisquer ajustamentos para além da amortização da subvenção paga pela concessão (que corresponde a uma remuneração não realizada do ativo financeiro). Note-se que as autoridades fiscais não contestaram a amortização do subsídio pago pela concessão.

A empresa entende que suas práticas estão corretas e que as autoridades, na verdade, tributaram os lucros não realizados decorrentes do regime contábil aplicável no caso de concessões de serviços públicos, que exige o reconhecimento de um ativo financeiro a valor presente e a receita financeira (enquanto a tributação deveria incidir sobre os valores efetivamente faturados e realizados pela empresa). A companhia apresentou defesas administrativas em 3 de janeiro de 2024. O valor total envolvido é de R\$ 144.688.

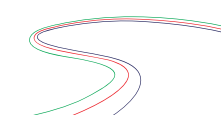
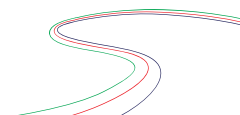


Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 19. Impostos diferidos

A composição dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2023, é como segue:

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Diferenças Temporárias</b>								
Adições temporárias	8.299	5.699	-	-	2.600	1.250	-	-
Amortização do intangível	-	276.559	-	-	(276.559)	59.169	-	-
Instrumentos financeiros - Swap	2.156	13.632	-	-	(11.476)	67	-	-
Instrumentos financeiros - Swap resultados abrangentes	-	-	-	26.250	-	-	(26.250)	(33.392)
Debêntures	123.919	91.052	-	-	32.867	37.794	-	-
Extensão da outorga	-	-	8.487	8.487	-	(784)	-	-
<b>Total Diferenças Temporárias</b>	<b>134.374</b>	<b>386.942</b>	<b>8.487</b>	<b>34.737</b>	<b>(252.568)</b>	<b>97.496</b>	<b>(26.250)</b>	<b>(33.392)</b>
<b>Total bruto</b>	<b>134.374</b>	<b>386.942</b>	<b>8.487</b>	<b>34.737</b>	<b>(252.568)</b>	<b>97.496</b>	<b>(26.250)</b>	<b>(33.392)</b>
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(8.487)	(34.738)	(8.487)	(34.737)				
<b>Total</b>	<b>125.887</b>	<b>352.204</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				



**20. Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social autorizado da Companhia é de R\$2.912.000, representado por 2.912.000.000 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

**a. Destinação dos lucros:**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Lucro a ser destinado:</b>		
Lucro líquido apurado no exercício	526.342	344.147
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(52.351)</u>	<u>(30.356)</u>
	<b>473.991</b>	<b>313.791</b>
<b>Destinação do lucro:</b>		
Dividendos	248.671	144.189
Reserva de lucros	746.013	432.568
Lucro excedente da contabilidade societária	<u>(520.693)</u>	<u>(262.966)</u>
	<b>473.991</b>	<b>313.791</b>

Conforme estabelecido no contrato social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício, conforme demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as regras societárias (CPC/IFRS), será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

O saldo de dividendos aberto por acionista é composto conforme abaixo:

<b>Acionistas</b>	<u>% Participação</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
SPIC Brasil Participações S.A.	51%	126.822	73.537
ZHEJIANG Energy Brazil holding Limited	35%	87.035	50.466
ZLCFB - Hong Kong international investment	7%	17.407	10.093
CPD Energy investment Co. limited	7%	17.407	10.093
		<b>248.671</b>	<b>144.189</b>

**b. Outros resultados abrangentes**

O *hedge* de fluxo de caixa corresponde à parcela efetiva do ganho ou da perda acumulado resultante de variações no valor justo de instrumentos de *hedge* contratados para fins de *hedge* de fluxo de caixa. Os ganhos ou as perdas acumuladas resultantes de variações no valor justo de instrumentos de *hedge*, reconhecidos e acumulados na rubrica "*Hedge* de fluxo de caixa", serão reclassificados para o resultado somente quando a transação objeto de *hedge* impacta o resultado ou é incluída como ajuste do item não financeiro objeto de *hedge*, de acordo com a política contábil aplicável.





**c. Lucro excedente da contabilidade societária**

O lucro excedente da contabilidade societária refere-se as variações entre a contabilidade societária e regulatória. É composto por dois fatores relevantes:

- Receita decorrente a atualização do ativo financeiro na contabilidade societária
- Amortização da Bonificação de Outorga considerada na contabilidade regulatória.

Os detalhes sobre a composição destes valores estão descritos na nota explicativa 30.1.6.

**21. Resultado por ação**

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Para o cálculo do resultado básico por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o exercício comparativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia não possui instrumento potenciais diluidores do resultado por ação, dessa forma em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não temos diferenças entre o resultado básico e diluído por ação.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	526.342	344.147
Denominador (em milhares de ações)		
Número de ações	2.912.000	2.912.000
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)	0,1807	0,1182

**22. Receita operacional líquida**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração estão apresentados a seguir:

- a) Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. No Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. No Ambiente de Contratação Regulada – ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores,



sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

- b) Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber quando o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde é a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

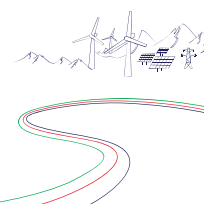
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Suprimento de energia	1.787.522	1.684.924
Energia de curto prazo - CCEE	11.663	15.533
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>1.799.185</b>	<b>1.700.457</b>
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
PIS/COFINS	(166.424)	(157.291)
	(166.424)	(157.291)
Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(15.652)	(14.757)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(47.298)	(47.750)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(5.281)	(4.989)
	(68.231)	(67.496)
<b>Total deduções da receita operacional</b>	<b>(234.655)</b>	<b>(224.787)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.564.530</b>	<b>1.475.670</b>

## 23. Custos não gerenciáveis

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(11.271)	(6.210)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(250.547)	(234.345)
Recuperação de custos - Extensão da Outorga	-	2.309
	<b>(261.818)</b>	<b>(238.246)</b>

## 24. Pessoal

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Pessoal</b>		
Remuneração	43.191	38.875
Encargos	16.833	14.331
Previdência privada - Corrente	2.088	2.093
Despesas rescisórias	261	155
Participação no Lucros e Resultados - PLR	12.526	11.786
Outros benefícios - Corrente	8.511	7.330
	83.410	74.570
<b>Administradores</b>		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	2.628	2.079
	2.628	2.079
	<b>86.038</b>	<b>76.649</b>



## 25. Serviços de terceiros

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Manutenção e Conservação	7.610	11.099
Auditoria e Consultoria	14.226	12.740
Serviços Jurídicos	3.870	3.288
Serviços de Informática	14.381	11.226
Propaganda e Publicidade	3.141	2.968
Serviço de Engenharia e Supervisão de Obras	1.287	3.368
Outros Serviços Terceirizados	11.182	10.871
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	(321)	(2.175)
	<u><b>55.376</b></u>	<u><b>53.385</b></u>

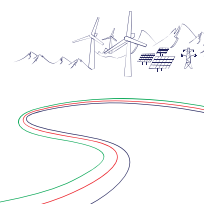
## 26. Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras e cauções	88.611	73.385
Energia vendida	2	199
Outros juros e variações monetárias	14	11
Operações de swap e hedge	333.571	326.236
Variações em moeda estrangeira	488.267	548.465
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(7.500)	(3.492)
Outras receitas financeiras	-	151
<b>Receitas financeiras total</b>	<u><b>902.965</b></u>	<u><b>944.955</b></u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Empréstimos e financiamentos	(128.129)	(149.906)
Debêntures	(231.461)	(240.890)
Variações em moeda estrangeira	(322.069)	(326.243)
Operações de swap e hedge	(503.532)	(621.051)
Juros e multa sobre tributos	(193)	(277)
Atualização P&D	(1.076)	(830)
Ajustes a valor presente	(1.754)	(1.955)
Outras despesas financeiras	(1.148)	(531)
<b>Despesas financeiras total</b>	<u><b>(1.189.362)</b></u>	<u><b>(1.341.683)</b></u>
<b>Total</b>	<u><b>(286.397)</b></u>	<u><b>(396.728)</b></u>

## 27. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	79.596	101.740
IRPJ - Corrente	(126.827)	145.889
CSLL - Corrente	(46.145)	53.347
IRPJ - Diferido	66.856	(71.688)
CSLL - Diferido	185.712	(25.808)
	<u><b>79.596</b></u>	<u><b>101.740</b></u>



## Composição da alíquota efetiva:

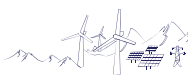
	IRPJ / CSLL	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	995.689	915.818
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(338.534)	(311.378)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Adições Permanentes	(45)	(68)
Exclusões Permanentes		
SELIC sobre créditos fiscais	24.083	-
Amortização RBO	59.484	-
Outras exclusões permanentes	795	-
Doações	(1.577)	(1.063)
Gratificação	(922)	(799)
Adições temporárias	(2.505)	(480)
Ativo Financeiro	(10.413)	(13.577)
CPC 06	(88)	(166)
Swap	(56.766)	(100.237)
MtM - Ativo	(1.021)	-
Capex melhoria	43.454	13.986
Realização Receita (ACR)	(452.866)	(419.805)
Varição Cambial Ativa (Realizada e não Realizada)	141.132	186.017
Varição Cambial Passiva (Realizada e não Realizada)	(109.503)	(110.920)
Receita RBO/O&M	565.443	566.586
Realização Dívida	80.999	73.432
Juros - empréstimos e financiamentos	(43.523)	(48.357)
Varição Monetária - Debêntures	(32.867)	(37.794)
Extensão da Concessão	-	785
Outros		
Incentivos fiscais		
Lei Rouanet	3.588	3.125
Inovação Tecnológica - P&D	795	1.595
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador	69	59
Adicional (10%)	24	24
IRPJ e CSLL (RBO)	305.074	-
IRPJ e CSLL de exercícios Anteriores	(1.339)	(202)
Despesa de IRPJ e CSLL	172.972	(199.236)
Alíquota efetiva	17,37%	-21,75%

## 28. Instrumentos financeiros e mensuração do valor justo

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.



A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

**a) Risco de crédito**

O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

**b) Risco de taxa de juros**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos e financiamentos.

**c) Risco de taxa de câmbio**

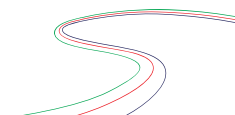
Risco quanto à variação das taxas de câmbio dos empréstimos em moeda estrangeira tomado pela Companhia. A Companhia contratou uma operação de Swap de moeda para eliminar as flutuações na moeda estrangeira (USD).

**d) Risco de liquidez**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, em especial com quando da liquidação de seus empréstimos e financiamentos, que ocorrerão a curto prazo. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

	31/12/2023				31/12/2022	
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores	66.429	-	7.337	-	73.766	51.930
Empréstimos e financiamentos	947	333.213	1.827.337	1.392.177	3.553.674	4.903.127
Partes relacionadas	-	-	29	-	29	29
Derivativos	566	1.699	4	-	2.269	11.342
<b>Total</b>	<b>67.942</b>	<b>334.912</b>	<b>1.834.707</b>	<b>1.392.177</b>	<b>3.629.738</b>	<b>4.966.428</b>



*Classificação dos instrumentos financeiros*

	31/12/2023		31/12/2022		Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	216.614	216.614	633.963	633.963	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	41.486	41.486	41.466	41.466	Custo amortizado
Outros ativos circulantes	3.469	3.469	915	915	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	817.056	817.056	Valor justo por meio de resultado
<b>Passivos financeiros</b>					
Financiamentos e empréstimos	1.191.809	1.191.809	2.643.876	2.643.876	Custo amortizado
Debêntures	2.361.864	2.361.864	2.259.251	2.259.251	Valor justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros derivativos	2.269	2.269	11.342	11.342	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Partes relacionadas	29	29	29	29	Custo amortizado
Fornecedores	73.766	73.766	51.930	51.930	Custo amortizado

*Hierarquia de valor justo*

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

*Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia mantém empréstimos em moeda estrangeira e, conseqüentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. Ademais, esses empréstimos em moeda estrangeira também possuem juros atrelados ao USD.

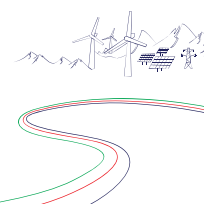
As exposições aos riscos de taxa de câmbio em USD são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas, por meio da utilização de operações de swap de moeda e taxa de juros.

Os valores contábeis dos passivos monetários em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2023 montam em R\$ 1.174.230 (R\$ 2.622.712 em 31 de dezembro de 2022).

De acordo com os contratos de swap de moeda e taxa de juros, A Companhia concorda em trocar a diferença entre a variação cambial e os valores de taxas de juros pós-fixadas por uma taxa de juros prefixada, calculados a partir do “valor nominal acordado”.

Tais contratos permitem à Companhia mitigar o risco de alteração na taxa da moeda sobre o valor justo dos empréstimos tomados nas exposições do fluxo de caixa.

O valor justo dos swaps de moeda no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros estimados, utilizando as curvas no encerramento do exercício divulgadas pela B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato.



A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de swap de moeda em aberto no fim do período de relatório:

Contratos em aberto	Encargos dos empréstimos	Taxa prefixada do swap	Notional R\$	Valor justo R\$
Bocom BBM	Pré 3,30%	CDI + 0,265% a.a.	688.450	(1.160)
Deutsche	Pré 2,80%	CDI - 1,20% a.a.	275.462	(797)
ICBC	Pré 3,30%	CDI + 0,23% a.a.	206.572	(313)

### *Análise de sensibilidade*

Conforme CPC 40, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros mencionados na nota explicativa 14 que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações.

Operação	Principal	Taxa	Cenário I (-0,50)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,50)
1ª Emissão de debentures 1ª série	775.000	IPCA + 3,54%	405.436	502.477	604.999	713.245	827.467
1ª Emissão de debentures 2ª série	200.000	CDI + 0,58%	11.571	16.756	21.926	27.079	32.234
2ª Emissão de debentures Série Única	1.055.000	IPCA + 5,8198%	2.133.569	2.655.297	3.251.174	3.930.730	4.704.591
Loan BOCOM BBM	688.450	CDI + 0,265%	128.031	194.070	263.483	336.344	413.004
Loan ICBC	206.572	CDI + 0,23%	38.095	57.899	78.715	100.565	123.554
Loan Deutsche	275.462	CDI - 1,20%	10.206	16.528	22.818	29.076	35.325

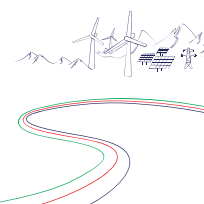
### Outros riscos considerados relevantes

#### *a) Risco regulatório*

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

#### *b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil*

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos.



Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

## c) Mudanças climáticas

A Companhia é grande contribuinte para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, a Companhia não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios da Companhia, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso hídrico que impacta na geração de energia. A Companhia monitora constantemente e atualiza seus estudos para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.

## 29. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (não auditado).

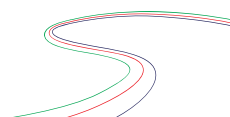
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém seguro de D&O (“Directors and Officer”) para seus Diretores, Conselheiros e Administradores, no montante de R\$120.000 (limite compartilhado com outras empresas do grupo SPIC) com período de vigência de 08/11/2023 a 08/11/2024, Responsabilidade Civil Geral (RCG) com limite R\$ 50.000 com período de vigência de 30/11/2023 à 30/11/2024 e Riscos Operacionais, com vigência de 30/11/2023 a 30/11/2024, com limite máximo de indenização de R\$ 1.388.431.





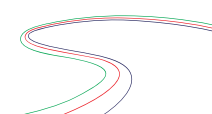
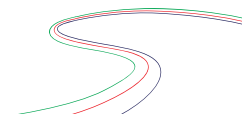
### **30. Conciliação entre as Demonstrações Financeiras Regulatórias e Societárias**

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.



## 30.1 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e societário

ATIVO	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa		216.614	-	216.614	633.963	-	633.963
Concessionárias e Permissionárias		41.486	-	41.486	41.466	-	41.466
Serviços em Curso	30.1.1	3.299	3.299	-	12.738	12.738	-
Tributos Compensáveis		89.562	-	89.562	21.365	-	21.365
Almoxarifado Operacional		11.113	-	11.113	11.152	-	11.152
Ativo financeiro	30.1.2	-	(839.394)	839.394	-	(807.169)	807.169
Despesas Pagas Antecipadamente	30.1.1	9.188	9.188	-	6.847	6.847	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	817.056	-	817.056
Outros Ativos Circulantes	30.1.1	3.469	(12.488)	15.957	915	(19.587)	20.502
		<u>374.731</u>	<u>(839.395)</u>	<u>1.214.126</u>	<u>1.545.502</u>	<u>(807.171)</u>	<u>2.352.673</u>
<b>Ativo Não circulante</b>							
Ativo financeiro	30.1.2	-	(6.422.427)	6.422.427	-	(6.154.172)	6.154.172
Tributos Compensáveis		126.657	-	126.657	-	-	-
Tributos Diferidos	30.1.3	125.887	125.887	-	352.204	352.204	-
Outros Ativos Não Circulantes		75	-	75	-	-	-
Direito de uso	30.1.4	-	(15.054)	15.054	-	(18.898)	18.898
Imobilizado	30.1.2	533.080	516.535	16.545	322.370	306.698	15.672
	30.1.2 e						
Intangível	30.1.5	5.858.729	3.505.688	2.353.041	6.095.735	3.649.926	2.445.809
		<u>6.644.428</u>	<u>(2.289.371)</u>	<u>8.933.799</u>	<u>6.770.309</u>	<u>(1.864.242)</u>	<u>8.634.551</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><b>7.019.159</b></u>	<u><b>(3.128.766)</b></u>	<u><b>10.147.925</b></u>	<u><b>8.315.811</b></u>	<u><b>(2.671.413)</b></u>	<u><b>10.987.224</b></u>



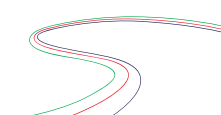
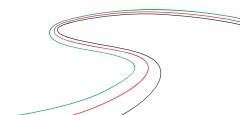
# UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Passivo Circulante</b>							
Fornecedores		66.429	-	66.429	49.653	-	49.653
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		334.160	3.921	330.239	2.647.370	3.586	2.643.784
Obrigações Sociais e Trabalhistas		27.540	-	27.540	26.071	-	26.071
Arrendamentos	30.1.4	-	(3.921)	3.921	-	(3.586)	3.586
Tributos a Recolher		19.503	-	19.503	137.142	-	137.142
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		248.671	-	248.671	144.189	-	144.189
Encargos Setoriais		22.368	-	22.368	31.220	-	31.220
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.265	-	2.265	11.342	-	11.342
Outros Passivos Circulantes		13	-	13	1	-	1
Provisão - Capex melhorias	30.1.5	-	(102.275)	102.275	-	(141.977)	141.977
<b>Passivos de Operações Descontinuadas</b>							
		720.949	(102.275)	823.224	3.046.988	(141.977)	3.188.965
<b>Não circulante</b>							
Fornecedores		7.337	-	7.337	2.277	-	2.277
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		3.219.514	13.658	3.205.856	2.255.757	17.579	2.238.178
Arrendamentos	30.1.4	-	(13.658)	13.658	-	(17.579)	17.579
Provisão para Litígios		849	-	849	252	-	252
Tributos Diferidos	30.1.3	-	(595.070)	595.070	-	(499.695)	499.695
Instrumentos Financeiros Derivativos		4	-	4	-	-	-
Outros Passivos Não Circulantes		29	-	29	29	-	29
Provisão - Capex melhorias	30.1.5	-	(544.423)	544.423	-	(663.436)	663.436
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		3.256	-	3.256	-	-	-
		3.230.989	(1.139.493)	4.370.482	2.258.315	(1.163.131)	3.421.446
		3.951.938	(1.241.768)	5.193.706	5.305.303	(1.305.108)	6.610.411
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>							
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital Social		2.912.000	-	2.912.000	2.912.000	-	2.912.000
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	50.958	-	50.958
Reservas de Lucros		2.042.219	-	2.042.219	1.413.855	-	1.413.855
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	30.1.6	(1.886.998)	(1.886.998)	-	(1.366.305)	(1.366.305)	-
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		3.067.221	(1.886.998)	4.954.219	3.010.508	(1.366.305)	4.376.813
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>7.019.159</b>	<b>(3.128.766)</b>	<b>10.147.925</b>	<b>8.315.811</b>	<b>(2.671.413)</b>	<b>10.987.224</b>



**30.1.1 Serviços em curso, Despesas pagas antecipadamente e outros ativos circulantes**

No âmbito regulatório, as rubricas de Serviços em curso e Despesas pagas antecipadamente estão sendo apresentadas abertas em seus respectivos grupos, enquanto no âmbito societário o valor é apresentado em conjunto com rubrica de outros ativos circulantes por ser considerado como outros valores a receber sem materialidade para apresentação em nota explicativa.

**30.1.2 Ativo financeiro, imobilizado e intangível**

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não foram adotadas. A aplicação da ICPC 01 (R1) resultou na bifurcação em Intangível e Ativo financeiro do montante registrado para fins regulatórios como Ativo Imobilizado e Intangível.

No âmbito societário:

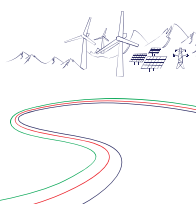
- **Ativo financeiro indenizável:** O valor de R\$ 7.261.821 em 31 de dezembro de 2023 (R\$6.961.341 em 2022), refere-se ao crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa, conforme previsto em contrato, a título de prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados de forma a refletir a melhor estimativa de recebimentos vinculados a Receita de Bonificação de Outorga – RBO, Receitas com Operação e Manutenção – O&M e CAPEX melhorias e com base em uma metodologia ajustada e atualizada pelo IPCA sobre o valor a receber do Poder Concedente.

No âmbito regulatório:

- **Imobilizado:** Os efeitos da aplicação da ICPC 01 não são reconhecidos pela ANEEL e, conseqüentemente, não integram à Contabilidade Regulatória. Dessa forma, os bens vinculados à concessão são classificados como imobilizado, deduzidos da respectiva depreciação acumulada calculada pelo método linear utilizando-se as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

- **Intangível:** Compreendem o pagamento da Bonificação pela Outorga pela Companhia e os ativos adquiridos de terceiros e os gerados internamente, substancialmente representados por gastos na implementação de softwares, deduzidos da respectiva amortização acumulada, quando aplicável.

	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Ativo financeiro líquido de PIS/COFINS	30.1.2	(7.261.821)	(6.961.341)
Imobilizado	30.1.2	516.535	306.698
Intangível	30.1.2	3.505.688	3.649.926
Direito de uso	30.1.4	(15.054)	(18.898)
Provisão - Capex melhorias	30.1.5	646.697	805.413
		<u>(2.607.955)</u>	<u>(2.218.202)</u>
IR/CS	30.1.3	720.957	851.899
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	30.1.6	1.886.998	1.366.305
		<u>2.607.955</u>	<u>2.218.204</u>



**30.1.3 Tributos diferidos**

No âmbito regulatório, a rubrica de tributos diferidos contempla apenas valores descritos na nota 19, enquanto no âmbito societário temos os tributos diferidos sobre a atualização das rubricas de Ativo financeiro, Direito de uso e Provisão - Capex melhorias. Esta abertura está apresentada nas notas explicativas 30.1.2, 30.1.4 e 30.1.5.

**30.1.4 Direito de uso e Arrendamentos IFRS 16**

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, do IFRS 16 – Arrendamentos mercantis, que para fins de contabilidade regulatória tais práticas foram adotadas a partir de 01 de janeiro de 2022, prospectivamente, de acordo com o Ofício nº 52/2022-SFF/ANNEL de 04 de março de 2022. A aplicação do IFRS 16 resultou em um reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo tempo de utilização do ativo principal vinculado a este direito e em contrapartida um passivo, trazido a valor presente pela obrigação de desembolso de caixa pela utilização do ativo.

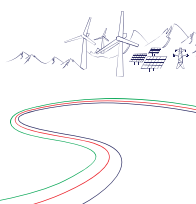
**30.1.5 Provisão – Capex melhorias**

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, das provisões estimadas pela Companhia para gastos com Capex para melhoria na usina. A aplicação desta provisão resultou em um reconhecimento de um ativo que amortizado pelo prazo da concessão e em contrapartida um passivo, trazido a valor presente, pela obrigação de desembolso de caixa para melhoria deste ativo.

**30.1.6 Patrimônio líquido**

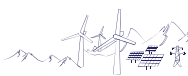
No âmbito regulatório, contempla as adições de amortização do ativo imobilizado e intangível, líquidas de tributos diferidos, enquanto no âmbito societário são as receitas sobre o ativo financeiro, líquidos de tributos diferidos, despesas com amortização do Direito de uso e Capex Melhoria e despesas financeiras com ajuste a valor presente das obrigações de Arrendamentos e pagamentos da Provisão de Capex melhorias.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Patrimônio líquido societário</b>	<b>4.954.219</b>	<b>4.376.813</b>
<b>Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória</b>		
Reembolso da outorga	6.739.454	5.407.495
Atualização do ativo financeiro	(8.957.902)	(7.294.835)
Diferença na taxas de depreciação e amortização	-	(813.410)
CPC 06 - Arrendamentos	(5.262)	(2.540)
Ajuste a valor presente na provisão de CAPEX melhoria	(589.449)	310.509
Tributos sobre os ajustes	926.161	1.026.476
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b><u>3.067.221</u></b>	<b><u>3.010.508</u></b>



## 30.2 Conciliação das demonstrações do resultado regulatório e societário

	Nota	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Operações em Continuidade</b>							
<b>Receita / Ingresso</b>							
Fornecimento de energia elétrica		-	-	-	4.359	-	4.359
Suprimento de energia elétrica	30.2.1	1.787.522	1.331.959	455.563	1.680.565	1.234.717	445.848
Energia Elétrica de Curto Prazo		11.663	-	11.663	15.533	-	15.533
Atualização do ativo financeiro	30.2.1	-	(1.083.881)	1.083.881	-	(1.118.263)	1.118.263
Receita de O&M	30.2.1	-	(579.186)	579.186	-	(548.167)	548.167
<b>Tributos</b>							
PIS	30.2.2	(29.686)	5.463	(35.149)	(28.057)	7.124	(35.181)
Cofins	30.2.2	(136.738)	25.164	(161.902)	(129.234)	32.812	(162.046)
<b>Encargos</b>							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(15.652)	-	(15.652)	(14.757)	-	(14.757)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(47.298)	-	(47.298)	(47.750)	-	(47.750)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(5.281)	-	(5.281)	(4.989)	-	(4.989)
<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>		<b>1.564.530</b>	<b>(300.481)</b>	<b>1.865.011</b>	<b>1.475.670</b>	<b>(391.777)</b>	<b>1.867.447</b>
<b>Custos não gerenciáveis</b>							
Energia elétrica comprada para revenda		(11.271)	-	(11.271)	(6.210)	-	(6.210)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(250.547)	-	(250.547)	(234.345)	-	(234.345)
Recuperação de custos - Extensão da Outorga		-	-	-	2.309	-	2.309
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>1.302.712</b>	<b>(300.481)</b>	<b>1.603.193</b>	<b>1.237.424</b>	<b>(391.777)</b>	<b>1.629.201</b>
<b>Custos gerenciáveis</b>							
Pessoal e administradores		(86.038)	-	(86.038)	(76.649)	-	(76.649)
Material	30.2.3	(3.449)	-	(3.449)	(3.884)	-	(3.884)
Serviços de terceiros	30.2.3	(55.376)	-	(55.376)	(53.385)	-	(53.385)
Arrendamento e aluguéis	30.2.4	(5.471)	(2.721)	(2.750)	(4.853)	(2.537)	(2.316)
Seguros		(5.439)	-	(5.439)	(5.089)	-	(5.089)
Provisões		(693)	-	(693)	(163)	-	(163)
Ganhos (Perdas) na alienação de bens e direitos		-	-	-	(3)	(3)	-
Tributos		(613)	-	(613)	(660)	-	(660)
Depreciação e amortização	30.2.5	(247.139)	(145.470)	(101.669)	(244.178)	(144.107)	(100.071)
Gastos diversos		(10.121)	-	(10.121)	(6.536)	-	(6.536)
Outras Receitas Operacionais		3.962	-	3.962	591	-	591
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>892.335</b>	<b>(448.672)</b>	<b>1.341.007</b>	<b>842.615</b>	<b>(538.424)</b>	<b>1.381.039</b>
<b>Resultado Financeiro</b>							
Receitas financeiras	30.2.6	(286.397)	58.921	(345.318)	(396.728)	68.493	(465.221)
Despesas financeiras		902.965	748.679	154.286	944.955	873.354	71.601
		(1.189.362)	(689.758)	(499.604)	(1.341.683)	(804.861)	(536.822)
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>605.938</b>	<b>(389.751)</b>	<b>995.689</b>	<b>445.887</b>	<b>(469.931)</b>	<b>915.818</b>
<b>Lucro</b>							
Despesa com Impostos sobre o Lucro		(79.596)	(130.942)	51.346	(101.740)	206.965	(308.705)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>526.342</b>	<b>(520.693)</b>	<b>1.047.035</b>	<b>344.147</b>	<b>(262.966)</b>	<b>607.113</b>



	Nota	2023	2022
<b>Lucro líquido do exercício conforme contabilidade societária</b>		<b>1.047.035</b>	<b>607.113</b>
<b>Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória</b>			
<b>Na receita</b>			
Reembolso da outorga	30.2.1	1.331.959	1.234.719
Atualização do ativo financeiro	30.2.1	(1.663.067)	(1.666.430)
		<b>(331.108)</b>	<b>(431.711)</b>
<b>Nos custos gerenciáveis</b>			
Diferenças nas taxas de depreciação e amortização	30.2.2	844.318	(148.297)
IFRS 16 - Contratos de locação	30.2.3	(2.722)	7.875
Adições CAPEX melhoria	30.2.4	(989.788)	(987)
		<b>(148.192)</b>	<b>(141.409)</b>
<b>No resultado financeiro</b>			
Ajuste a valor presente nos contratos de locação	30.2.5	-	(5.239)
Ajuste a valor presente na provisão de CAPEX melhoria	30.2.5	58.922	68.493
		<b>58.922</b>	<b>63.254</b>
<b>Nos tributos diferidos</b>			
PIS e COFINS	30.2.6	30.627	39.935
IR/CS	30.2.6	(130.942)	206.965
		<b>(100.315)</b>	<b>246.900</b>
		<b>526.342</b>	<b>344.147</b>

## 30.2.1 Receitas

No âmbito societário, a receita de atualização do ativo financeiro é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento da geração da energia vendida no ACR pelo retorno do pagamento da bonificação de outorga atualizada mensalmente pelo IPCA e são classificadas conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e a receitas em decorrência do gasto com a operação e manutenção (O&M) e Capex melhorias garantido pelo recebimento da RAG, e são classificadas conforme a aplicação do CPC 17 Contrato de Construção, substituído a partir de 01 de janeiro de 2018 pelo CPC 47 Receita de Contrato com Clientes.

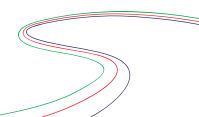
No âmbito regulatório a receita é a contraprestação do fornecimento de energia elétrica vendida no ACR.

## 30.2.2 Depreciação e amortização

As diferenças na depreciação são oriundas das bases dos bens depreciados, visto que, na contabilidade societária é reconhecida amortização do: (i) ativo intangível da concessão (bifurcado) e na contabilidade regulatória é reconhecida a depreciação do ativo imobilizado, incluindo a bonificação pela outorga; (ii) Amortização do direito de uso reconhecido em decorrência do IFRS 16 – Arrendamento mercantil e (iii) Amortização do Capex melhoria reconhecido no intangível que será amortizado pelo prazo da concessão.

## 30.2.3 Arrendamentos e aluguéis

As diferenças nos arrendamentos e aluguéis são decorrentes da aplicação do CPC 06 – Arrendamentos a partir de 01 de janeiro de 2022.



### **30.2.4 Adições CAPEX melhoria**

As diferenças nos gastos com materiais e serviços são decorrentes de melhorias nos ativos imobilizados reversíveis a União onde para fins societários foram considerados como despesa enquanto para fins regulatórios estes gastos foram capitalizados.

### **30.2.5 Resultado financeiro**

No âmbito societário são reconhecidas despesas de ajuste a valor presente da provisão de Capex melhorias.

Também no âmbito societário as despesas de variação cambial e instrumentos financeiros derivativos são apresentados pelo líquido, enquanto no âmbito regulatório os valores são apresentados cada um em sua rubrica de receita e despesa.

### **30.2.6 Tributos diferidos**

Os ajustes são decorrentes da incidência de imposto de renda, contribuição social, pis e cofins diferidos sobre as práticas na contabilidade societária e regulatória quanto do reconhecimento (i) da atualização do ativo financeiro da concessão (ii) amortizações do ativo imobilizado e Intangível e (iii) amortização e atualização do Capex melhoria conforme nota explicativa 30.1.5.

### **Composição da Diretoria**

Adriana Waltrick  
Diretora Geral

Paulo Dutra  
Diretor Financeiro

Valéria Lopes de Souza  
Contadora  
CRC - 1SP145065/O-9

